



Assembleia Municipal Jovem da Póvoa de Lanhoso

28 de abril de 2026

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, pelas 14h30, no Theatro Club, deu-se início à instalação da Assembleia Municipal Jovem.

No uso da sua palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, cumprimentou todos os presentes e referiu:

“Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal dou início aos trabalhos de mais uma Assembleia Municipal Jovem, um momento que muito dignifica o nosso concelho e que afirma de forma clara a importância da participação cívica das novas gerações. Permitam-me, começar por dirigir uma palavra de sincero agradecimento aos senhores diretores dos Agrupamentos Escolares da Póvoa de Lanhoso e da EPAVE, bem como aos senhores professores pelo empenho, pela dedicação e pela forma entusiasta como abraçaram esta iniciativa e abraçam ano após ano. Sem o vosso envolvimento esta assembleia não teria a vitalidade, a qualidade e o significado que hoje representa para a comunidade da Póvoa de Lanhoso.

Saúdo de forma muito especial, todos vós, todos os jovens aqui presentes nesta assembleia. São vocês a razão maior desta sessão. A vossa presença demonstra interesse, maturidade e vontade de participar ativamente na construção de um futuro coletivo para o nosso concelho. Em vós expresso um sincero agradecimento a todos os vossos colegas que participaram em todo este processo. Desde a apresentação de listas, até ao exercício de voto que aqui vos trouxe. Com este simples ato de participação fortaleceram a nossa democracia local.

Este ano debatemos um tema de enorme atualidade e relevância para todos nós: saúde mental e bem-estar. Falar de saúde mental é falar de qualidade de vida, de equilíbrio emocional, de relações humanas saudáveis, de respeito, de escuta e de apoio mútuo. É reconhecer uma sociedade verdadeiramente desenvolvida e esta não se deve apenas medir por números ou obras feitas. Mede-se também pela forma como cuida das pessoas.

Caros jovens, que diariamente lidais com os desafios atuais, a pressão académica, as exigências sociais, incerteza perante o futuro, o impacto das redes sociais, a necessidade de pertença e de reconhecimento. Por isso ninguém melhor do que vós para refletir, propor e ajudar a construir respostas mais humanas, mais próximas e mais eficazes.

Celebramos, também, este ano, os 52 anos do 25 de Abril e há neste número uma curiosidade feliz. 52 ao espelho transforma-se em 25. Mais do que um simples jogo de números pode ser um convite também à reflexão. Olhar para os 52 anos da nossa democracia é reconhecer o caminho da liberdade, progresso e participação que o país construiu. Mas olhar ao espelho é perceber que a democracia também depende de cada um de nós. O 25 de Abril deu-nos direitos, voz e liberdade. Cabe-nos agora honrar esse legado, não esperando apenas o que os outros vão fazer por nós, mas perguntando o que podemos e devemos fazer pela nossa comunidade. Participar mais, escutar melhor, respeitar opiniões diferentes, propor soluções e envolver-nos na vida pública. Pois é isso que fortalece a democracia. E essa é também a essência da Assembleia Municipal Jovem. Mostrar que a cidadania não começa amanhã, começa precisamente hoje para todos vós.

Quando os jovens participam a democracia renova-se e ganha futuro. Que este espelho simbólico entre os 52 e o 25, nos recordo algo essencial. Quando cada um se revê como parte da solução, a democracia torna-se mais forte, mais viva e mais preparada para o futuro.

Caros deputados municipais jovens aproveitem esta oportunidade. Debatam com elevação, apresentem propostas com ambição, escutem-se mutuamente com respeito. Mais importante

do recordar sempre é aprender a dialogar e a construir em conjunto. Termino renovando o meu agradecimento a todos os que tornaram possível esta iniciativa e desejando que esta sessão seja produtiva, participada e inspiradora. Que daqui saiam boas ideias, novas consciências e a certeza que a Póvoa de Lanhoso tem jovens preparados para continuar a construir concelho melhor e uma democracia mais forte. Muito obrigado e uma boa Assembleia para todos vós.”

Após a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à tomada de posse dos/as deputados/as da Assembleia Municipal Jovem da Póvoa de Lanhoso. Os/as jovens deputados/as foram chamados/as, um/a a um/a, por ordem alfabética, à mesa onde cumprimentaram o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, e tomaram posse das suas funções.

Concluída a tomada de posse, procedeu-se à eleição e constituição da mesa da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, convidou a Assembleia Municipal Jovem a apresentar lista. Após indicação da existência de uma lista o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à deputada jovem Margarida Sousa:

“Os deputados jovens da Assembleia Municipal Jovem da Póvoa de Lanhoso em representação do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e Escola Profissional do Alto Ave apresentam e subscrevem em conjunto a seguinte proposta:

Presidente: António Manuel Marques de Queirós Pereira

1º Secretária: Andreia Carina Cunha da Silva

2º Secretária: Juliana Filipa Veloso Oliveira

3º Secretária: Leonor Vitória Cardoso”

Não havendo mais propostas, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a lista apresentada terá a denominação de Lista A e coloca a mesma a votação. Os/as deputados/as jovens foram chamados/as, um/a a um/a, à urna para eleição da mesa da Assembleia Municipal Jovem.

Terminada a contagem, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que a lista proposta teve 25 votos a favor e 4 votos em branco.

Os membros da mesa da assembleia são convidados, pelo Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, a tomaram os seus lugares na mesa da Assembleia Municipal Jovem.

Prosseguindo, e sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por Andreia Carina Cunha da Silva, Juliana Filipa Veloso Oliveira e Leonor Vitória Cardoso, deu-se início à seguinte ordem de trabalhos:

- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**
- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

Ponto Um: Apresentação da moção do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso

Ponto Dois: Apresentação da moção do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio

Ponto Três: Apresentação da moção da Escola Profissional do Alto Ave (EPAVE)

Ponto Quatro:

Eleição dos Porta-vozes da Assembleia Municipal Jovem da Póvoa de Lanhoso

A mesa da Assembleia Municipal, antes de iniciar o Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro.

No uso da sua palavra o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, referiu:

“Muito boa tarde a todos e a todas, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores e Senhoras membros da mesa, Senhores vereadores e Senhoras vereadoras, Senhores membros desta Assembleia Municipal Jovem, Senhores representantes do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e da Escola Profissional do Alto Ave, cumprimento todos os que representam estas três instituições. E que, como é natural e já habitual, participam connosco, com os serviços da Câmara Municipal, que aproveito para cumprimentar e agradecer pelo seu trabalho. Têm já pelo terceiro ano consecutivo, tida a oportunidade, temos todos tido esta boa oportunidade de estar presentes na Assembleia Municipal Jovem e é para nós, motivo de satisfação perceber, desde logo, que há jovens que estiveram cá em anos anteriores e que estão cá novamente. O que é um bom sinal. É sinal que gostaram da experiência que tiveram e que reforçam a sua participação cívica em mais uma sessão, em mais uma presença. Não é sinal, que sejam repetentes, não é nada disso. É sinal que estão cá repetidamente, isso sim, porque ainda estão a fazer um percurso que lhes permite estar aqui, pelo percurso escolar que ainda estão a fazer. E acho que isso é um sinal e que eu queria referenciar muito positivamente.

Quero deixar uma palavra também aos senhores professores, que muitas vezes falamos dos diretores, que têm um papel importante, dos vereadores, do presidente de Câmara, do presidente da Assembleia Municipal, dos serviços da câmara e depois os professores fazem este trabalho de minúcia, de filigrana no dia a dia que preparam os jovens e as jovens e os ajudam a preparar esta sessão, também merecem naturalmente, uma palavra muito especial de reconhecimento e de agradecimento pelo trabalho que desenvolvem.

Eu queria em primeiro lugar dar os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque de facto, esta é uma iniciativa da Assembleia Municipal, da mesa da Assembleia Municipal, já desde de 2024. Uma iniciativa a que a Câmara Municipal se associa de bom grado e que temos organizado em conjunto de forma, a que possamos, por um lado trazer os jovens à participação cívica, mas, por outro lado, e é isso que importa mesmo retirar depois daqui ideias e sugestões que nos ajudam a fazer melhor o nosso trabalho. Aconteceu isso em 2024 e em 2025. E o último exemplo da vossa participação, da vossa ou daqueles que vos representaram no ano de 2025, foi precisamente a semana e a iniciativa dedicada às literacias no início deste ano de 2026, naquele espaço na praça, onde estiveram muitos de nós, presentes também, e onde pudemos conversar um pouco com especialistas também sobre literacia emocional, literacia digital, literacia política, literacia financeira, todos os tipos de literacia que no fundo nos ajudam a todos. Portanto, essa iniciativa teve lugar, organizada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, por mérito de uma proposta que surgiu na Assembleia Municipal Jovem no ano de 2025. Portanto, dou este exemplo que é de facto, último exemplo de participação e de contributo que deram no âmbito de uma Assembleia Municipal Jovem.

Qual é a minha expectativa? A minha e a nossa expectativa, e penso que falo em nome, também, de todos os senhores vereadores, é que possamos sair daqui hoje, mais uma vez, com

mais contributos, com novos contributos, com novas ideias. Bem sabemos, e eu sei que vocês também já sabem, que nem todas as ideias podem ser executadas, algumas são mais exequíveis, outras menos, mas pelo menos consigamos ter aqui uma conversa entre todos, uma reflexão entre todos que permita levarmos daqui contributos que nos ajudem depois a desenvolver melhor ainda o nosso trabalho e atermos novas ideias porque nós pensamos em muitas coisas, mas não pensamos em tudo e ainda bem. Precisamos do contributo de todos. E não há, não há uma idade a partir da qual se possa dar algum contributo para o que quer que seja. Todas as idades são válidas, todas as fases da nossa vida e da vossa vida são fases boas para puderem apresentar a vossas ideias, darem as vossas opiniões e apresentar os vossos contributos e isso vai fazendo também caminho no que diz respeito à imagem e à construção da imagem da Câmara Municipal, do Município da Póvoa de Lanhoso e do concelho da Póvoa de Lanhoso para o exterior. Nós recebemos este ano um convite da Organização Mundial de Saúde, que vai organizar um Congresso Internacional em Viana do Castelo, congresso para o qual nós fomos convidados, precisamente porque estamos referenciados pelas boas práticas em termos de participação cívica e participação pública das pessoas que vivem no concelho da Póvoa de Lanhoso e esta Assembleia Municipal Jovem também deu um contributo nesse sentido. Nós temos várias formas de auscultação. Temos a Assembleia Sénior, a Assembleia Municipal Jovem, os conselhos consultivos de várias áreas, o Conselho Consultivo das Crianças, também, que foi criado recentemente e, portanto, temos vários fóruns onde vamos auscultando as pessoas que nos ajudam a fazer o nosso trabalho, mas que sobretudo contribuem para que se perceba que há toda uma comunidade que têm todas essas oportunidades para dar o seu contributo, dessas várias formas, e que no fundo, também, ajudou a projetar o Município da Póvoa de Lanhoso para uma imagem regional, diria eu, embora estejamos a falar de um Congresso Internacional, mas uma imagem regional que foi suficientemente forte para fossemos selecionados para estar presentes neste Congresso Internacional, organizado pela Organização Mundial de Saúde. E eu queria partilhar convosco esta notícia, esta boa informação, porque boa parte desse mérito é vosso, precisamente pelo contributo que vocês têm dado a este reforço da participação democrática, da participação cívica e, por isso, eu espero que esta sessão, Senhor Presidente da Assembleia Municipal Jovem, seja mais um bom momento de reflexão, de participação, de recolha de contributos e de experiência para aqueles que estão cá pela primeira vez, uma experiência nova e para aqueles que são repetentes reiterarem o seu compromisso para que continuemos todos juntos a fazer o caminho para que a Póvoa de Lanhoso seja e continue a ser a terra que nós gostamos e que tem sido. Obrigado a todos. Uma boa sessão, uma boa Assembleia Municipal.”

Dando início à ordem de trabalhos, a secretária da Assembleia Municipal Jovem deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), concedendo a palavra aos deputados jovens, Luís Leite e Alexandra Pereira.

No uso da sua palavra, os deputados Luís Leite e Alexandra Pereira, em representação da Escola Profissional do Alto Ave (EPAVE), referiram:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores e senhora vereadora, caros deputados municipais e demais presentes, a todos e todas, boa tarde. Gostaríamos de abordar uma preocupação recorrente entre os municípios do Concelho da

Póvoa de Lanhoso, o estado e a gestão das obras rodoviárias. Embora se reconheça o esforço do Município na melhoria das infraestruturas, a verdade é que mais intervenções tem gerado constrangimentos significativos no dia a dia da população. Obras prolongadas no tempo, falta de informação clara sobre prazos e alteração de trânsito, bem como situações de sinalização insuficiente tem causado transtornos a condutores, comerciantes e residentes. Acresce ainda o facto de, em alguns casos, após a conclusão das intervenções, persistirem problemas como a má qualidade do pavimento ou deficiências no escoamento de águas. O que levanta dúvidas legítimas sobre a eficácia e a fiscalização das obras realizadas. Neste contexto, considero importante colocar algumas questões ao Executivo Municipal: Que critérios são utilizados para definir o planeamento e o calendário das obras rodoviárias no concelho? Que medidas concretas estão a ser implementadas para garantir uma comunicação mais clara, acessível e atempada com os cidadãos? Está previsto um canal oficial onde os munícipes possam acompanhar o estado das obras e alteração de trânsito? Relativamente à qualidade das intervenções, que mecanismos de fiscalização são adotadas pelo Município? Como se explicam os casos em que, após obras recentes, continuam a verificar-se problemas no pavimento ou no escoamento de águas? São realizadas auditorias técnicas independentes às obras concluídas? No que diz respeito ao impacto na população comum avaliado o impacto das intervenções no quotidiano dos munícipes?

Investir em infraestruturas é sem dúvida essencial para o desenvolvimento do concelho. No entanto, é igualmente fundamental garantir que as intervenções são bem planeadas, bem executadas e devidamente comunicadas, assegurando o mínimo impacto possível na vida das populações e a máxima eficácia na aplicação dos recursos públicos. Muito obrigado.”

Seguidamente, a secretária da mesa da Assembleia Municipal Jovem concedeu a palavra à deputada Alice Ribeiro, em representação do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso (AEPL).

Interveio a deputada jovem Alice Ribeiro e no uso da sua palavra referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores deputados e senhoras deputadas, elementos do público aqui presentes, boa tarde a todos e a todas. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Dr. Frederico Castro, chamo-me Alice Ribeiro, aluna do 9º ano, na EB do AVE, Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e gostaria de lhe lembrar um pedido já apresentado outras vezes. Criação de paragens de transporte público junto às principais escolas do concelho. Sabendo que a mobilidade segura e eficiente dos alunos constitui uma responsabilidade central das autarquias locais, especialmente no contexto da promoção de comunidades mais inclusivas, sustentáveis e orientadas para o bem-estar. Vimos reiterar um pedido já apresentado anteriormente e ainda não atendido. Atualmente, a inexistência ou insuficiência de paragens de autocarro protegidas da chuva nas imediações das escolas obriga muitos alunos a permanecer muito tempo à chuva ou ao calor, enquanto esperam pelo autocarro escolar. Por vezes, com alguma intensidade de tráfego que aumenta significativamente o risco para a segurança rodoviária, sobretudo nos horários de entrada e de saída escolar. Por isso, o nosso pedido será urgente criação de paragens de transporte público protegidas junto às principais escolas do concelho. Estas, no nosso entender trarão múltiplos benefícios nomeadamente: a segurança dos alunos reduz a exposição às intempéries e ao trânsito e

diminui a probabilidade de doenças e acidentes rodoviários; acessibilidade e equidade facilitam o acesso à educação para alunos que dependem de transporte público, incluindo aqueles provenientes das zonas mais afastadas e com menores recursos; redução do tráfego e da poluição diminui a necessidade de transporte individual e de viaturas particulares contribuindo para a redução de congestionamento nas imediações escolares e para a melhoria da qualidade de ar; promoção de hábitos sustentáveis incentiva o uso de transporte público desde cedo, alinhando-se com as políticas ambientais e de mobilidade sustentável; organização urbana de espaços, permite uma melhor gestão dos fluxos de pessoas e veículos nos períodos de maior movimento. Adicionalmente, esta medida está em consonância com princípios orientadores de políticas públicas, nacionais e europeias na área da mobilidade sustentável proteger e da segurança rodoviária, reforçando o compromisso do Município com uma gestão urbana moderna e responsável. Face ao exposto considera-se fundamental a implementação de paragens de autocarro protegidas, estrategicamente localizadas junto aos estabelecimentos de ensino, garantindo condições adequadas de segurança, sinalização e acessibilidade. Grata pela atenção.”

Prosseguindo, a secretária da mesa concedeu a palavra à deputada Maria José Machado, em representação do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio.

Interveio a deputada Maria José Machado e no uso da sua palavra referiu:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros deputados municipais jovens e demais presentes.

Porque somos alunos do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio. Trouxemos as questões que o jovem deputado Francisco Rodrigues anteriormente apontou. Antes de sermos alunos do nosso Agrupamento, no entanto, já éramos se não de nascimento, pelo menos de coração povoenses. Esta distinção levá-la-emos por toda a vida e por isso mesmo, as nossas preocupações estendem-se para lá dos limites físicos do espaço da nossa escola e profaçam todo o território do nosso Município. É com este sentimento de pertença e propriedade que lhe apresentamos e à sua equipa as seguintes questões. Em algumas das vias do nosso concelho a iluminação rodoviária parece-nos manifestamente insuficiente ou ineficaz. Esta condição reveste a preocupação pela segurança dos peões e dos condutores que circulam pelas vias que atravessam e cobrem o nosso concelho. A agravar esta situação, consideramos ser necessária uma revisão da rede de iluminação viária, uma vez que em algumas áreas do concelho esta é parca ou inexistente. Existe alguma intervenção planeada?

A situação, que a primeira questão que lhe coloquei aborda, é agravada, pelo menos em alguns locais, pela ausência de passeios para os peões, obrigando-os a circular na estrada. No centro da vila a questão da circulação pedonal também nos preocupa, embora neste caso tal não se prenda com a inexistência de passeios. Podemos observar, nomeadamente, através de ações que desenvolvemos, nos últimos anos letivos, que estacionamento abusivo, estreitamento dos passeios e mau estado dos mesmos devido, por exemplo, pelo desenraizamento das raízes das árvores obrigam, por vezes, os peões a deslocarem-se pela estrada. Esta situação é agravada no caso de pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente pessoas que se fazem deslocar com cadeiras de rodas. Gostaríamos de apelar à intervenção do executivo no sentido de promover as condições de segurança dos nossos concidadãos.

Senhor Presidente, os primeiros meses do ano marcaram o nosso país com fenómenos meteorológicos extremos, causaram danos avultados e a perda de vidas humanas. No nosso concelho foram registadas inundações que afetaram a circulação e áreas construídas. Com o agravamento de fenómenos, como os que sentimos em consequência das alterações climáticas, considera implementar medidas de mitigação e promoção de resiliência para o nosso concelho e os nossos cidadãos? Obrigada.”

Terminada a primeira fase das intervenções, a secretária da mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Respondendo por ordem, começando pelo Luís Leite. Começar por reconhecer que, de facto, sempre que há alguma intervenção pública, há algum tipo de constrangimento que é inevitável. Quando existe algum tipo de intervenção seja numa via de comunicação, seja uma intervenção como aquela que estamos a fazer, por exemplo, na Loja do Cidadão e junto à Escola Secundária e junto ao Campo Municipal de Jogos, em que, por exemplo, quem estava habituado a ocupar um determinado espaço para poder estacionar, só para dar este exemplo, deixa de o poder fazer durante uns meses, porque o espaço tem que estar vedado, está menos acessível, digamos assim, há sempre, isto para dar só um exemplo que há sempre determinados constrangimentos que decorrem das intervenções que possamos fazer e há efetivamente a necessidade de nós acompanharmos e fazemo-lo através dos nossos serviços de fiscalização de acompanharmos de forma muito criteriosa e muito próxima as intervenções que são executadas nas várias empreitadas que são levadas a cabo. Essas empreitadas, respondendo à questão dos critérios de definição de quem executa determinadas obras, essas empreitadas têm que respeitar o código do procedimento administrativo e, portanto, sempre que é lançado um Concurso Público, há determinadas regras que estão previstas nesse código que têm de ser asseguradas ou atendidas. Os concorrentes não dependem da Câmara Municipal, dependem daquilo que o mercado tenha para oferecer em termos de soluções, em termos de empresas que estão em cada área no mercado. Cabe aos serviços da Câmara Municipal aferir que, de facto, as empresas que concorrem cumprem os critérios e a partir daí, compete-nos acompanhar essa execução, assegurar, dentro daquilo que é detetável pelos serviços que a execução está de facto de acordo com uma coisa que se chama caderno de encargos (o caderno de encargos é aquilo que determina o que tem que ser feito e como é que tem que ser feito), e depois temos também um mecanismo legal que está do lado do município, que é um período de garantia dentro do qual o município pode intervir se viermos a verificar posteriormente que alguma coisa tenha sido mal executada. Portanto, estes são os mecanismos que nós temos à disposição. Há de facto situações que podem não correr exatamente da forma que todos gostaríamos. Desde logo eu. Quando nós lançamos uma empreitada e queremos que um determinado problema seja resolvido, nós queremos mesmo que aquele problema fique resolvido, não queremos que resulte dali outro problema ou que alguma coisa não corra exatamente da forma que tínhamos planeado, e eu vou-vos dar um exemplo, um exemplo atual. Eu tinha como objetivo inaugurar, não chegou a estar firmado como objetivo formal, mas eu tinha para mim próprio o objetivo de inaugurar o Centro de Recolha Oficial de Animais durante o mês de abril e tinha determinado isso em final de 2025. À data fizemos uma reunião com a empresa responsável pela construção do Canil/Gatil, do Centro de Recolha Oficial de

Animais, que nos solicitou determinada flexibilidade porque tinham dificuldade em encontrar quem fizesse uma parte do trabalho, nomeadamente a parte que diz respeito ao trabalho de serralharia. Nós permitimos que essa que essa flexibilidade existisse precisamente para que no mês de Abril pudesse estar pronta a obra, e no início do mês de março deparamo-nos com aquilo a que eu chamo um incumprimento por parte do empreiteiro que ganhou aquele procedimento, que assumiu o compromisso de desenvolver aquela empreitada naquele prazo, que nos pediu esta flexibilidade, à qual nós anuímos, porque, de facto, também não colidia com o nosso objetivo em termos de prazo e, no início do mês de março, o empreiteiro acaba por reconhecer que não conseguia ter a obra pronta a tempo. Se tudo correr como está neste momento previsto e, portanto, reequacionado e recalendarizado, teremos a inauguração daquele espaço no dia 10 de junho 10 de junho deste ano, obviamente. Portanto, este é um exemplo de como por vezes as coisas não correm exatamente da forma que nós gostaríamos, mas também é um bom exemplo de que há de facto aspetos que não dependem exclusivamente de nós. Dependem de quem colabora connosco no dia a dia e por muito que nós queiramos ser, e acreditem que eu sou, rigorosos e rigoroso no cumprimento daquilo que é o compromisso que possam ter para connosco, quando se chega a uma situação limite em que nos dizem que não conseguem de facto, depois os argumentos podem ser mais ou menos válidos, mas o que é facto é quando alguém nos diz que não consegue, por esta razão ou por aquela, há uma expressão que diz que o ótimo é inimigo do bom e, portanto, nós temos que tentar encontrar a melhor solução possível e a melhor saída possível para aquela situação. Não foi inaugurado em abril, vai ser inaugurado no dia 10 de junho, mas é um bom exemplo de como por vezes as coisas podem não correr exatamente como nós como nós gostaríamos.

A Alice Ribeiro traz aqui e muito bem, eu estou totalmente de acordo com este lembrete das paragens dos autocarros. Nós falamos disso o ano passado, traçamos esse objetivo em termos de executivo municipal, desenvolvemos o, vamos chamar um projeto, não é exatamente um projeto, mas o design das paragens, porque são várias paragens (32 paragens), e aproveitamos também porque por vezes, quando estamos a fazer a gestão do que é público, a gestão da coisa pública, também temos de ter a capacidade de analisar, de ter uma espécie de radar para analisar todas as soluções que estão a nossa volta. A solução que poderia parecer mais evidente seria: o Executivo renova as paragens dos autocarros, encontra dinheiro no Orçamento da Câmara Municipal, usa aquele dinheiro para aquele fim e resolve o problema. Uma solução que não tem exatamente os timings que nós gostaríamos, mas que ajuda a resolver o problema num tempo aceitável, foi a solução que nós encontramos de aproveitar um mecanismo de financiamento da CIM do Ave, a CIM do AVE é a Comunidade Intermunicipal do Ave, que junta 8 municípios onde a Póvoa de Lanhoso está incluída, é a Póvoa de Lanhoso mais 7, e nós vamos aproveitar um financiamento da CIM do Ave, que podia ser canalizado para outras questões que têm que ver também com transportes e com segurança rodoviária, vamos aproveitar cerca de 300.000 euros, não vamos gastá-lo todo nestas paragens, mas vamos aproveitar cerca de 300.000 euros precisamente para financiar estas paragens que estão neste momento já em execução. Por isso, há uma coisa que eu posso já assegurar, no próximo ano, quando nos juntarmos na Assembleia Municipal Jovem, as paragens estarão executadas, mais do que executadas e vocês já terão usufruído delas durante muito tempo e eu estou totalmente de acordo em relação a esse lembrete e tenho a certeza absoluta que muito brevemente vocês vão ter as evidências disto que eu acabei de trazer aqui em termos de informação, e que será uma boa novidade para todos e que cobre todo o território, portanto, para irem, especialmente

as paragens que estão junto às escolas e sim, é para nós também uma prioridade grande e vocês já terão todos percebido e aqui já passo quase para a Maria José Machado porque falou muito também aqui dos passeios para peões, da segurança rodoviária, portanto, já terão percebido que nós durante os últimos anos fizemos várias intervenções não só, mas também junto às escolas, para assegurar maior segurança na sinalização, por exemplo, das passadeiras, na forma como os automobilistas, quando se aproxima de um espaço onde existe uma escola, estão mais alertas, estão mais atentos, estão mais despertos para a para a eventualidade de haver alguma travessia inadvertida que pode acontecer, mas pelo menos para a eventualidade de perceberem que há ali uma travessia para peões. Nós tivemos esse cuidado e fizemos esse investimento, não só junto às escolas, mas falando agora do núcleo urbano, colocamos uma série de chamam-lhe almofadas, eu não gosto muito do termo, mas também não são lombas, mas colocamos uma série de inibidores de velocidade, o termo será melhor, para que as pessoas que transitam no dia a dia em determinadas artérias da nossa vila tenham mais cuidado e reduzam a velocidade em determinados pontos, porque isso para nós é sinónimo de mais segurança, não só para os automobilistas, mas para os peões também e, portanto, fizemos isso e vamos continuar a fazer, porque continuamos a achar, mesmo, que é muito importante que as pessoas que no dia a dia circulam na nossa vila, seja a pé, seja de outra forma, o possam fazer em segurança. E quanto maior for essa segurança, melhor nos sentimos também no trabalho que desenvolvemos nesta área.

Relativamente às questões que a Maria José Machado colocou. Portanto, sobre a iluminação pública, não é muito deste tempo, mas há de facto, foi tomada uma medida há uns anos atrás. Nós estamos em 2026, portanto estamos a falar do tempo da Troika, estamos a falar de há uns 15 anos, foi tomada uma medida em todo o país que previa a diminuição dos pontos de iluminação. Aqueles que têm mais idade, lembrar-se-ão desse tempo em que, de facto, uma das medidas que estavam no memorando da Troika era precisamente que os pontos de iluminação pública que existiam tivessem que ser diminuídos para que daí resultasse determinada poupança. Depois é discutível se essa poupança faz sentido ou não, porque depois há coisas que devemos poupar e outras talvez não, mas desde esse tempo que temos vários pontos de iluminação que estão desativados. E, portanto, nós temos vindo sempre que necessário, sempre que se justifique tecnicamente, temos vindo a reativar alguns pontos de iluminação, tentando adotar algum critério porque, de facto, não podemos reativá-los todos, porque se não voltaríamos à primeira fórmula e isso contraria a filosofia inicial de haver, de facto, uma poupança associada a este tema em concreto. Mas sempre que houver alguma situação que vocês detetem que faça sentido ser referenciada à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal, devem-nos fazer chegar esses contributos. Nós temos gente que trabalha especialmente nas questões que têm que ver com segurança rodoviária e que também abordam estas necessidades, como por exemplo, o tema da iluminação pública e os nossos técnicos devem analisar tecnicamente determinada questão ou determinada referência, porque mais importante, eu não estou a dizer que não haja razão, muitas vezes há, mas mais importante do que, por exemplo, eu achar que deve ou não haver iluminação em determinado local, é tecnicamente alguém nos explicar se deve haver ou não e por que razão não há, porque isso às vezes ajuda-me a mim próprio e ajuda-nos a nós todos a perceber a razão de ser determinadas decisões. Nós não temos que perceber tudo. Nós temos é que ter quem nos ajude a compreender por que razão determinadas decisões são tomadas, como temos de ter também quem nos ajuda a compreender que há determinadas coisas que estão mal e que devem ser

corrigidas. Claro que sim. Ainda hoje recebi o contributo de uma senhora que me perguntava a propósito de um espaço público aqui na Póvoa de Lanhoso, nomeadamente, ali nos moinhos novos, se determinada ação que ocorreu durante o fim de semana é ou não correta, se fazia ou não fazia sentido. E eu respondi-lhe “vou falar com os serviços sobre isso, vou pedir informação e vou falar consigo sobre isso.” Quero esclarecê-la, mas primeiro quero me esclarecer a mim próprio. Para eu ter a certeza daquilo que lhe vai responder a ela também depois, portanto, esses alertas nós precisamos deles e sempre que o município me faz chegar alguma informação, me faz algum alerta sobre o que quer que seja. A primeira coisa que eu faço sempre é agradecer, porque o contributo que está a dar, ajuda-nos a fazer um trabalho melhor. E o trabalho que nós fazemos melhor, fazemo-lo melhor para os municípios. Por isso, esses contributos são sempre bem-vindos na área da iluminação, na área da segurança, noutras intervenções e na área, precisamente também das alterações climáticas. Porque nós só para terminar, nós percebemos todos este ano e temos vindo a perceber ao longo dos anos, que a instabilidade climática é uma coisa que veio para ficar e nós vamos ter que nos habituar a ter determinados períodos do ano em que algumas ocorrências extraordinárias, que eram mais extraordinárias em tempos, começam a ser agora cada vez mais frequentes. É por essa razão também que temos neste momento um plano, que foi lançado pelo Governo, chamado PTRR, que tem o objetivo de, por um lado, colmatar os danos que foram criados nesta situação em concreto mas, por outro lado, e essa é a segunda fase do plano de lançar medidas que ajudem precisamente o território a estar preparado para esse tipo de eventos e para essas eventualidades. E, portanto, nós cooperamos na informação que nos foi solicitada, para além de termos desenvolvido também o nosso próprio plano de ação climática, que tem determinadas medidas, que também vão sendo implementadas ao longo do tempo. Mas neste momento existe por más razões, mas pode ser um problema que pode ser aproveitado positivamente. Existe esta oportunidade de nós podermos contribuir para que esse PTRR ajude a fortalecer e a criar as condições no território, nos municípios e nas CIM's para que os mecanismos, a que não tivemos acesso nestas intempéries, estejam disponíveis no futuro, quando voltarmos a ter este tipo de problemas. Porque dessa forma que também vamos estar precisamente mais preparados para essas ocorrências e dar mais segurança às pessoas que vivem no concelho da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigado.”

Seguidamente, a secretária da mesa deu início à segunda parte do PAOD, concedendo a palavra o deputado Francisco Rodrigues, em representação do AEGS.

Interveio o deputado jovem Francisco Rodrigues, e no uso da sua palavra referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara municipal, Senhores Vereadores, caros deputados municipais jovens e demais presentes. Começámos por nos congratular pela realização da terceira edição da Assembleia Municipal Jovem na Póvoa de Lanhoso, espaço privilegiado para que nós, jovens povoenses, possamos dar a voz às nossas preocupações, expor as nossas dúvidas e exprimir as nossas insatisfações e lançar as nossas ideias e sugestões. A pertinência desta iniciativa e o valor das propostas, reivindicações que os jovens da nossa Terra apresentaram nos anos anteriores, manifestam-se através de ações concretas, como a semana da Literacia que muito valorizamos e apreciamos. Porque temos consciência de que nem sempre é possível transformar em obra o que sonhamos. Compreendemos que algumas das

questões das primeiras edições da Assembleia Municipal Jovem não tenham ainda a resposta que procurámos obter. Assim e porque algumas continuam a ser relevantes para os alunos do nosso Agrupamento e gostaríamos de as renovar ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Frederico Castro, e aos membros do seu executivo. Prevê alguma intervenção para melhorar as condições existentes no bloco 5 da escola sede do nosso Agrupamento? O isolamento e a climatização dos edifícios do nosso Agrupamento são uma prioridade para o seu executivo? Neste momento, as salas de aula dos blocos 2, 3 e 4 não contam com aquecimento, apesar dos equipamentos estarem aparentemente prontos a funcionar. Providenciar condições de conforto adequadas para os nossos alunos, professores e assistentes pode ser simultaneamente uma intervenção contra as preocupações ambientais e económicas, reduzindo gastos e melhorando o ambiente da escola.

Existe alguma previsão para a instalação de uma paragem de autocarro coberta em frente à Escola Básica Gonçalo Sampaio? Um número significativo de alunos, apanha o autocarro à frente da escola e a paragem coberta garantiria condições de segurança e proteção que, neste momento, não existem. Em anos anteriores abordamos a questão da instalação de pontos de água ou bebedouros, quer na nossa escola sede, quer em espaços verdes da Vila, como é caso no Parque do Pontido e gostaríamos de saber se existe algum plano para instalar ou requalificar os bebedouros. Obrigado. ”

Seguidamente, a secretária da Assembleia Municipal Jovem concedeu a palavra ao deputado municipal jovem Rodrigo Castro, em representação da AEPL.

Interveio o deputado Rodrigo Castro, e no uso da sua palavra referiu:

“Senhor Presidente da Assembleia da municipal e restantes elementos da Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadores e Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras deputadas, elementos do público aqui presente. Boa tarde a todos e a todas.

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Dr. Frederico Castro, o meu nome é Rodrigo Castro, estudo na EB do AVE, Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e gostaria de fazer uma proposta para a melhoria das acessibilidades e mobilidade nos espaços públicos para pessoas com mobilidade reduzida. Como é de seu conhecimento, garantir uma acessibilidade para todos, no espaço público, posto de um princípio fundamental de uma sociedade justa, inclusiva e democrática. A mobilidade é um direito essencial que permite a plena participação dos cidadãos na vida social, económica e cultural, sendo responsabilidade das autarquias assegurar que esse direito seja efetivamente concretizado para todos. Atualmente existem diversas barreiras físicas nas ruas e espaços públicos das nossas localidades, como passeios estreitos ou degradados, ausência de rampas de níveis acentuados, pavimentos inadequados e falta de sinalização acessível. Estas barreiras limitam e impedem a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo cidadãos com deficiência, idosos, crianças, pessoas com carrinhos de bebé. Daí o nosso pedido para promover uma melhoria das acessibilidades nos espaços públicos, uma vez que esta, no nosso entender, contribuirá para maior inclusão social, porque permite que todas as pessoas participem plenamente na vida comunitária, reduzindo isolamento e exclusão. Igualdade de oportunidades porque garante o acesso equitativo a serviços essenciais como saúde, educação, comércio e lazer. Segurança e autonomia, porque diminui o risco de quedas e acidentes, promovendo a independência dos cidadãos. Investimento ativo, porque corresponde ao investimento da população, criando

condições para que os idosos se mantenham ativos e integrados. Valorização ao espaço público, porque torna as localidades mais atrativas, organizadas e preparadas para receber todos, incluindo visitantes com necessidades específicas. Cumprimento de obrigações legais, ao estar alinhando com a legislação nacional e internacional sobre acessibilidade e direitos das pessoas com deficiências.

Entre as medidas concretas que sugerimos poderão incluir-se a requalificação de passeios, eliminação de barreiras arquitetónicas, instalação de rampas de acesso, criação de passadeiras acessíveis, melhoria da iluminação pública, implementação de sinalização tátil e sonora e adequação das paragens de transporte público. Importa sublinhar que investir nas acessibilidades não beneficia apenas um grupo específico, mas toda a população. Uma localidade acessível é mais funcional, mais humana e mais preparada para responder às necessidades presentes e futuras. Face ao que foi apresentado, torna-se essencial ainda a adoção de um plano estratégico de melhorias das acessibilidades e mobilidade, espaços públicos com intervenções progressivas e sustentadas, que promovam uma verdadeira inclusão e qualidade de vida para todos os cidadãos. Muito obrigado.”

Seguidamente, a secretária da mesa concedeu a palavra à deputada Alexandra Pereira, em representação da EPAVE.

Interveio a deputada jovem Alexandra Pereira, e no uso da sua palavra referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, caros Deputados Municipais e demais presentes. A todas e a todos, boa tarde. Hoje vimos abordar um tema que muitas vezes parece distante, mas que afeta diariamente o nosso presente e, sobretudo, o nosso futuro. O endividamento da Câmara Municipal. Quando uma autarquia se endivida em excesso, as consequências não se ficam pelos números. Esse peso financeiro traduz-se muitas vezes em menos investimentos em áreas essenciais, como educação, transportes, cultura, desporto e oportunidades para os jovens. Para a nossa geração, isto significa menos apoio, menos infraestruturas de qualidade e menos condições para crescer, estudar e construir o nosso futuro aqui, no nosso Concelho. Mais do que isso, significa também uma limitação de capacidade de resposta da Câmara a novos desafios. Uma autarquia demasiado endividada, tem menos margem para investir, inovar e apoiar os seus cidadãos. É importante dizer que o endividamento por si só não é sempre negativo. Pode ser necessário para realizar investimentos importantes, mas a questão central é: esse endividamento está a ser bem gerido? Está a servir verdadeiramente os interesses das pessoas e em particular os jovens? Por isso defendemos maior transparência na gestão financeira do município. Uma comunicação clara sobre onde e como são aplicados os recursos públicos. Defendemos também uma maior aposta em políticas direcionadas para os jovens, garantindo que, mesmo num contexto financeiro exigente, não somos deixados para trás e, acima de tudo, defendemos uma gestão responsável que não comprometa o futuro em nome da decisão do presente, porque o futuro deste Concelho não pode ser construído com base em dívidas que recaem sobre quem ainda está a começar a sua vida. Os jovens da Póvoa Lanhoso querem oportunidades, querem condições e querem um futuro sustentável. Isso exige responsabilidade. Muito obrigado.”

Terminada a segunda fase de intervenções, a secretária da mesa da Assembleia Municipal Jovem concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, e no uso da sua palavra referiu:

“Muito obrigado. Francisco Rodrigues. O Francisco Rodrigues fala sobre o tema do bloco 5 da escola sede do agrupamento, do sistema de aquecimento das salas de aula e os bebedouros públicos. O bloco 5 nós temos vindo já a conversar sobre isso com a atual direção, com a anterior direção também. Há determinadas necessidades que vão surgindo e nós vamos não só no bloco 5, mas noutras áreas também e noutras zonas deste equipamento escolar, temos vindo a intervir e a resolver uma série de problemas que tinham já há muitos anos, e em relação ao bloco 5 em concreto, aquilo que nos possa chegar que seja exequível para nós e que possamos cooperar no sentido de ajudar, sei que há algum tempo atrás se falou da necessidade de executar uma pintura, por exemplo, e houve aqui articulação entre as partes para que isso fosse possível, nomeadamente relativamente aos materiais, se não estou enganado, portanto, vamos resolvendo à medida que as necessidades vão surgindo e que os meios que temos à disposição possam ser mobilizados. Já agora, bem perto ali do bloco 5 foi feita uma intervenção há pouco tempo e vai ser feita outra intervenção daqui a pouco tempo. Mesmo em frente ao bloco 5 todo aquele polidesportivo foi todo requalificado há 2 ou 3 anos atrás e aquilo que era um polidesportivo muito degradado é hoje um espaço desportivo que tem, inclusive, já um campo de pádel também, que é o único campo de pádel do Concelho, e o município da Póvoa de Lanhoso decidiu nesse momento canalizar verbas que tinha, que sobraram do mecanismo de financiamento comunitário e que podiam ser usadas para outras finalidades, essas verbas foram canalizadas para aquele espaço. Para melhorar precisamente as condições e a qualidade daquele equipamento e as pessoas que frequentam aquele espaço no dia a dia, não só a comunidade escolar, mas depois também aquelas pessoas que podem usufruir, nomeadamente do campo de pádel. Outro mecanismo de financiamento que está neste momento disponível e ao qual nós concorreremos, isso vai servir também para responder aqui à Alexandre Pereira em relação ao endividamento, mas outro mecanismo de financiamento que está disponível para o qual nós concorreremos vai servir para requalificar o pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio. É uma requalificação necessária há décadas também. Portanto, vai ser todo requalificado aquele pavilhão. Nós candidatamo-lo no âmbito do Portugal 2030, há uma fatia significativa de financiamento que vem de fundos comunitários e o município, sim, também tem de cumprir a sua parte. Eu já vou explicar isso melhor na resposta à Alexandre Pereira. Em relação ao sistema de aquecimento, existe um problema crónico naquela escola. Desde que foi feita uma intervenção há alguns anos atrás, eu diria talvez há uns 7, 8, 9 anos, se calhar mais, em que o sistema de aquecimento nunca funcionou. Portanto, a obra foi toda executada e o sistema de aquecimento, que de facto tem toda a pré-instalação, nunca funcionou. Já outros executivos estabeleceram contato, digamos assim, com a empresa responsável por aquela obra, nunca se resolveu o problema do aquecimento e nós temos estado em contato com essa empresa, e tive o cuidado há bocado de tentar obter informação sobre isso, temos uma pessoa do município da Póvoa de Lanhoso que está a dialogar precisamente com esta empresa, no sentido de resolverem uma coisa que devia estar resolvida há uns 10 anos e que não está de facto resolvida. Se nós não chegarmos a acordo, teremos de fazer aquilo que eu acho que nunca se deve, o que se deve tentar sempre evitar fazer, que é ter que resolver pela via judicial, diagonais, uma coisa que as pessoas deviam ser capazes de resolver conversando entre si, e é isso que nós temos estado a tentar evitar, mas a comunidade

escolar também não pode continuar a ser prejudicada todos os anos pelo facto deste sistema de aquecimento não funcionar. Os bebedouros públicos ali o vereador Paulo Gago dizia-me que nós já temos os orçamentos para isso e, portanto, eu já lhe foi dizendo, temos orçamentos, temos que fazer porque senão daqui a um ano, na Assembleia Municipal Jovem, podem-nos perguntar novamente e muito bem, portanto está ali adjudicado, digamos assim, essa responsabilidade.

O Rodrigo Castro fala de acessibilidades, mobilidade, das barreiras que nós temos de diminuir. Estou totalmente de acordo com essa visão, aliás, nós temos vindo como eu já expliquei anteriormente, temos vindo a fazer uma série de intervenções no espaço público que conferem, do nosso ponto de vista, mais segurança às pessoas, e mais segurança não só às pessoas que transitam como nós transitamos, eu não gosto de usar o termo normal porque nós somos todos normais, atenção. Há é pessoas que têm necessidades diferentes das nossas, portanto, as pessoas que têm necessidades diferentes das nossas precisam que nós tenhamos um olhar diferente relativamente ao espaço público e à forma como elas vão circular nesse espaço público. Outra pessoa pode não conseguir transitar da forma que o trânsito, e por isso nós temos tido esse cuidado, temos essa prioridade, se quisermos, e vamos continuar a fazer investimento nessa área, por isso, aliás, eu diria que o nosso passado é o melhor cartão de visita, da preocupação que temos e da vontade que temos de continuar a fazer trabalho nesta área, de forma a que haja igualdade de oportunidade de acessos e de mobilidade a todas as pessoas que vivem no Concelho da Póvoa de Lanhoso. Estou totalmente de acordo com essa visão.

A Alexandre Pereira fala do endividamento da Câmara Municipal. Eu gostei muito da intervenção dela, porque ela lançou um alerta e deu a resposta, por isso está tudo na intervenção que ela fez, de facto. Porque há de facto bom endividamento e mau endividamento. O que é o mau endividamento? Por exemplo, deixa-me procurar aqui um exemplo. Quem votaria a favor de nós nos endividarmos para... deixa-me procurar um exemplo que eu tenha alguma garantia que vocês votassem contra. Por exemplo, na vossa vida, se vocês tivessem que ir ao banco daqui a 10 anos. Iam ao Banco para ir de férias para o Brasil durante 6 meses seguidos? Quem votava a favor disto? Ninguém. E quem votava contra? Exatamente, votava muita gente contra. Mas se daqui a 10 anos, vocês estiverem já no mercado de trabalho, quiserem dar um passo para se autonomizarem e quiserem comprar uma casa ou um apartamento. Açam que seria um passo bem dado ou não irem ao banco, financiar-se para poderem ter uma casa, claro que ir ao banco financiar significa que ficam a pagar uma casa 30 ou 40 anos, mas sem esse passo provavelmente seria impossível ter essa casa. Portanto, é boa ou má dívida? É boa dívida, pronto. Esses dois exemplos são, de facto, os exemplos que nós na Câmara Municipal no dia a dia tentamos seguir o critério daquilo que é útil ou daquilo que tem uma utilidade mais discutível. E vamos voltar aqui ao exemplo do pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio. Há décadas que é necessária essa intervenção. Eu como Presidente de Câmara e o executivo teríamos dois caminhos. Seria aproveitar o Portugal 2030 para financiar uma parte do investimento, e financiando uma parte do investimento, aliviámos a nossa quota parte de investimento se decidíssemos nós avançar com esse financiamento há um ano atrás ou há dez anos atrás quem estava em funções, ou então decidir, bom, também nós temos que pagar uma parte, então se temos que pagar uma parte, não vamos endividar o município e não vamos fazer aquela intervenção porque preferimos que o pavilhão esteja naquelas condições, mas evitarmos contrair dívida para que as condições não sejam aquelas. É

precisamente nesse tipo de exemplos que a dívida é boa dívida. Nós vamos à banca buscar uma parte do financiamento para poder assegurar que o pavilhão passe a ter melhores condições. Outro exemplo, o Cine Fórum dos Bombeiros Voluntários. Não sei se toda a gente conhece, mas já terão estado, provavelmente, muitos de vocês naquele espaço. Estamos a falar de um Cine Fórum que é já muito antigo, tem décadas e décadas e há muito tempo que precisa de uma intervenção profunda. Nós tivemos a oportunidade acordar, portanto, estabelecer um protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, de forma que aquele espaço, continuando a ser propriedade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa Lanhoso, passa a ser da responsabilidade, fica sob a alçada da Câmara Municipal durante 25 anos. Porquê 25 anos? Porque é o prazo que é exigido para que possa ser apresentado uma candidatura nos mecanismos de financiamento comunitários para que determinado espaço possa ser alvo de uma intervenção financiada pelos fundos comunitários. Portanto, se protocolássemos, por exemplo, por 20 anos ou por 15 anos, não podíamos candidatar a requalificação daquele espaço. A partir de 25 anos é possível. Ora, estamos a falar de um espaço que, primeiro, tem uma localização privilegiada, está no centro da vila, segundo, precisa reconhecidamente de um melhoramento de uma requalificação há muito tempo, terceiro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários por si mesma não teria condições de fazer essa intervenção porque estamos a falar de uma intervenção, se não estou enganado, superior a 2 milhões de euros. E existe um financiamento que está aprovado. Nós apresentámos uma candidatura, a candidatura foi aprovada e há um financiamento parcial dessa intervenção, naturalmente o município, já agora é importante aqui outro aspeto só para abrir um parêntese, se nós fôssemos um Conselho que já tivesse 2, 3, 4 auditórios com dimensão, com boas condições, aí seria mais discutível se devíamos ou não arriscar e dar este passo e provocar endividamento ao município para termos só mais um equipamento que já existisse noutras paragens do Concelho, mas nós não temos nenhum auditório digno desse nome. E por isso, estrategicamente entendemos que era importante avançarmos com essa candidatura e assegurarmos a nossa quota parte de comparticipação que pressupõe inevitavelmente que haja um endividamento por parte do município para que passemos a ter todos um auditório com boas condições e disponível para a Comunidade. Outro exemplo. Há muitos anos, só para terminar, há muitos anos, então só em 30 segundos, só para terminar, há muitos anos que eu digo que a Póvoa de Lanhoso não devia perder a oportunidade de captar os visitantes ou turistas ou as pessoas que transitam na estrada nacional 103, lá em cima, a estrada que vem de Braga e que atravessa o Concelho da Póvoa de Lanhoso, desde a Freguesia de Covelas até à freguesia de Serzedelo, e há muita gente que se dirige a Trás os Montes ou ao Gerês, ou a Montalegre ou a Vieira do Minho, e que passa pela Póvoa de Lanhoso, hoje já sabem que passam na Póvoa de Lanhoso, porque uma das primeiras medidas que eu tomei no mandato anterior foi sinalizar todos os limites do Concelho. Não havia nenhuma sinalização na Póvoa de Lanhoso, saía-se de Braga, entrava-se na Póvoa de Lanhoso e ninguém dava por isso. Hoje já está pelo menos sinalizado. É suficiente? Não, de longe. Não é nem de longe nem de perto suficiente. Então aquilo que nós fizemos foi apresentar uma candidatura, também no Portugal 2030, para que seja edificado ali junto à rotunda das bolas de ouro no Pinheiro aquilo que nós vamos chamar um posto interpretativo do território. É uma espécie de posto de turismo, mas é uma coisa mais completa do que um posto de turismo. Primeiro, porquê naquela localização? Porque é ali que passam as pessoas. Nós fizemos um posto turismo aqui na Vila, pode ser muito interessante para uns, mas para

quem passa de carro em direção ao Gerês e não vier cá baixo, perde-se uma oportunidade. Então decidimos fazê-lo naquele espaço, candidatar a esse equipamento tem um investimento na ordem de 1 milhão e meio de euros sensivelmente, e que tem também uma participação de fundos comunitários muito significativa, mas que naturalmente supõe que nós também consigamos assegurar a nossa parte do custo dessa obra. Há muitos anos que a Póvoa de Lanhoso, na minha opinião, devia ter naquela linha, em algum ponto, não tinha que ser no lugar do Pinheiro nem junto à rotunda das bolas de ouro, mas em algum ponto da estrada nacional 103, uma forma de despertar o interesse de quem nos visita e de os levar, pelo menos, a parar o carro ou o autocarro ou a moto, ou seja lá o que for, a terem a curiosidade de parar para perceberem melhor onde estão a passar e que Concelho é este da Póvoa de Lanhoso. Porque há muita gente que passa cá, ou que passava cá sem perceber que estava a passar na Póvoa de Lanhoso. Eu estive em Lisboa só para terminar. Estive em Lisboa durante algum tempo na Assembleia da República, como deputado eleito, e havia pessoas de Lisboa que sabia onde era o Vitor de São João do Rei, que é um restaurante que nós temos aqui no nosso Concelho, mas que não sabiam que o Vitor de São João de Rei era na Póvoa de Lanhoso, pensavam que era em Braga. Eu fiz esse esclarecimento centenas de vezes lá para Lisboa, atenção que o Vitor é na Póvoa de Lanhoso. Portanto, há muita gente que vinha à Póvoa de Lanhoso sem saber que estava na Póvoa de Lanhoso, e é importante que nós tenhamos um equipamento como este, que vai promover logo a partir dali do Centro Interpretativo do Território, a nossa filigrana, o castelo da Póvoa de Lanhoso, a história da Maria da Fonte e tudo aquilo que nós temos para oferecer do ponto de vista paisagístico, do ponto de vista gastronómico, em todas as áreas e tudo aquilo que tem a ver com a nossa história, e isso faz-se construindo e assegurando infraestruturas que ajudam depois também neste caso em concreto, a promover o território. Eu chamo-lhe de boa dívida, não tenho dúvida nenhuma que este tipo de endividamento faz muita falta à construção de Póvoa de Lanhoso e à ideia de Póvoa de Lanhoso que eu acho que temos todos. Depois, pode haver alguns projetos que são mais prioritários para uns que não sejam tão prioritários para outros, mas eu acho que aquilo que nós temos vindo a fazer e aquilo que temos vindo a sinalizar em termos de prioridade é muito importante e faz falta há muito tempo, por isso acho que a pergunta tem, em si mesma, resposta, porque tudo aquilo que nós temos vindo a contrair em termos de endividamento, para mim, sem sombra de dúvida, é boa dívida e ajuda a Póvoa de Lanhoso a fazer um caminho de progresso. Muito obrigado.”

Seguidamente, a secretária da Mesa da Assembleia Municipal Jovem, deu por terminada a primeira parte da sessão da assembleia, prosseguindo para o Período da Ordem do Dia (POD), dando início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Ponto Um: Apresentação da moção do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso.

Concedeu a palavra à deputada Jovem Luana Pinto, em representação do AEPL.

Interveio a deputada Luana Pinto, e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores. Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. Elementos do público aqui presentes. A todos e a todas, boa tarde!

A nossa lista participa nesta Assembleia Municipal Jovem com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade de vida dos jovens do nosso concelho. Acreditamos que a saúde mental é um tema essencial na sociedade atual e que deve ser tratado com atenção, sensibilidade e responsabilidade.

Foi com esse propósito que decidimos apresentar uma proposta simples, mas com potencial para fazer a diferença no dia a dia de muitos jovens. A nossa proposta tem como título “Saúde Mental em Primeiro Lugar” e apresenta como medida a criação do “WhatsApp Jovem – Linha de Apoio Psicológico Anónimo”. No concelho da Póvoa de Lanhoso, tal como acontece em muitos outros locais, os jovens enfrentam desafios emocionais cada vez mais complexos. A pressão escolar, as redes sociais, a ansiedade em relação ao futuro e dificuldades pessoais podem afetar significativamente o bem-estar psicológico.

Apesar de existirem serviços de apoio psicológico, muitos jovens sentem dificuldade em dar o primeiro passo para procurar ajuda. Em muitos casos, o receio de julgamento, a vergonha ou o simples facto de terem de marcar uma consulta presencial torna esse processo mais difícil.

Assim, torna-se importante criar alternativas mais acessíveis, discretas e próximas da realidade dos jovens, que facilitem o primeiro contacto com apoio psicológico. A nossa proposta consiste na criação de uma Linha WhatsApp Jovem de Apoio Psicológico Anónimo.

Esta linha funcionaria através de um número oficial municipal, gratuito e disponível em horário pós-aulas, como por exemplo entre as 15h e as 23h. O serviço seria assegurado por psicólogos ou técnicos devidamente qualificados, preparados para ouvir, orientar e encaminhar os jovens quando necessário.

O principal objetivo desta linha não é substituir consultas presenciais, mas sim oferecer uma primeira escuta, permitindo que os jovens possam falar sobre as suas preocupações de forma simples, segura e sem julgamentos.

Esta medida apresenta várias vantagens: reduz barreiras no acesso ao apoio psicológico, facilitando o primeiro contacto; combate o estigma associado à saúde mental, promovendo uma cultura de diálogo e apoio; oferece um canal discreto e acessível, adaptado aos meios de comunicação que os jovens utilizam diariamente; tem baixo custo e implementação relativamente rápida para o município.

Muitos jovens não procuram imediatamente uma consulta formal. Muitas vezes, precisam apenas de alguém que os ouça. E essa primeira conversa pode ser fundamental para prevenir problemas mais graves no futuro. Mais do que um simples serviço, esta linha representaria uma porta de entrada para o apoio psicológico, criando um espaço seguro onde pedir ajuda deixa de ser um obstáculo e passa a ser um gesto natural.

Acreditamos que investir na saúde mental dos jovens é investir no futuro do nosso concelho. Por isso, esperamos que esta proposta seja considerada e que possa contribuir para uma comunidade mais saudável, mais consciente e mais solidária. Muito obrigado pela vossa atenção.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o plenário de que as três moções serão apresentadas e votadas. Posteriormente, serão discutidas pelo Senhor Presidente da Câmara ou elementos do Executivo.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 2 contra.

Continuando a ordem de trabalhos, a secretária da Mesa, passou ao segundo ponto. **Ponto dois: Apresentação da moção do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio.**

Posteriormente, a secretária da Mesa concedeu aos deputados Maria Eduarda Carneiro e Afonso Araújo, em representação do AEGS.

Intervieram os deputados Maria Eduarda Carneiro e Afonso Araújo, e no uso da sua palavra referiram:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Deputados Municipais Jovens e demais presentes.

Em representação dos alunos do Agrupamento Escolas Gonçalo Sampaio, trazemos à apreciação desta Assembleia uma proposta que visa dar resposta a um dos desafios mais prementes da nossa geração: a salvaguarda da saúde mental juvenil.

No ano letivo transato, a saúde mental e a dependência digital foram temáticas abordadas neste espaço, tendo a nossa proposta, 'Desligar para Viver', alertado para o isolamento e para o défice de atenção provocados pelo excesso de ecrãs.

O espírito de todas as propostas apresentadas culminou na meritória 'Semana das Literacias', implementada pelo Município, em estreita colaboração com os Agrupamentos e a Escola Profissional do Alto Ave. O facto de essa semana ter contemplado uma tarde dedicada à Literacia Emocional comprova a pertinência do nosso alerta e a abertura do poder local para intervir nesta matéria.

A alocação dessa tarde à literacia emocional foi um passo inaugural de extrema relevância. Contudo, os dados e a realidade impõem uma intervenção mais profunda. A ansiedade, a pressão escolar e as repercussões do isolamento tecnológico exigem mais do que consciencialização pontual; exigem a capacitação contínua dos jovens, das famílias e dos agentes educativos.

É com o intuito de consolidar e exponenciar o trabalho já encetado pelo Município que propomos a evolução deste paradigma.

Submetemos, assim, a proposta de criação do 'Festival do Bem-Estar – Alerta Jovem'. Um evento estruturado com a duração de dois a três dias, descentralizado por vários espaços públicos e educativos do concelho. O nosso desígnio é mobilizar toda a comunidade em torno da aprendizagem prática e da quebra do estigma associado à saúde mental.

O Festival assenta em dois eixos fundamentais.

O primeiro eixo, de consciencialização, decorrerá nos dois primeiros dias, privilegiando palestras dinâmicas e de curta duração, e a criação da 'Linha do Alerta' — um mapeamento visual em praça pública, através de pulseiras coloridas, que ilustrará a incidência da ansiedade e das redes de apoio informal entre os jovens.

O segundo eixo, no terceiro dia, será eminentemente prático. Propomos a dinamização de oficinas rotativas de gestão de stress, expressão emocional, exercícios de respiração e até intervenções com musicoterapeutas, dotando os jovens de mecanismos de coping para os desafios do quotidiano.

Para garantir a sustentabilidade temporal desta iniciativa, a proposta prevê a edificação de um legado físico: o Mural Permanente 'Palavras que Cuidam'.

Situado num espaço municipal, este mural servirá como repositório de contactos de apoio, estratégias de mitigação de ansiedade e mensagens da comunidade, passível de atualização anual.

A consecução de um projeto desta envergadura requer a congregação de esforços institucionais. O sucesso da proposta dependerá da estreita articulação entre o Município, os Serviços Técnicos de Psicologia e Orientação (SPO), as entidades de Saúde Pública local e as forças de segurança, garantindo uma abordagem multidisciplinar e integrada.

Senhores Deputados, no ano letivo anterior, esta Assembleia reconheceu a urgência de intervir na saúde mental dos nossos jovens. A autarquia materializou esse reconhecimento num primeiro passo assinalável.

Hoje, pedimos que esta Assembleia Municipal Jovem vote favoravelmente o 'Festival do Bem-Estar', consolidando a Póvoa de Lanhoso como um concelho pioneiro e proativo na defesa da qualidade de vida da sua juventude. Muito obrigado pela vossa atenção."

A secretária da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Seguidamente a secretária da Mesa, passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto três: Apresentação da moção da Escola Profissional do Alto Ave (EPAVE).**

Posteriormente, a secretária da Mesa concedeu a palavra à deputada Margarida Cunha Sousa, em representação da EPAVE.

"Excelentíssimo Presidente, da Assembleia Municipal e restantes elementos de mesa, excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, elementos do público aqui presente. A todos e a todas, boa tarde!

A nossa lista traz a esta Assembleia Municipal Jovem a proposta de criação do cartão municipal jovem desportivo, o que engloba não só a saúde física, mas também a saúde mental que é tão falada nas escolas e instituições como o grande prolema das futuras gerações. Para resolver este grande problema, não basta só o apoio dos nossos psicólogos, precisamos também de cativar os nossos jovens para a prática de desporto, podendo assim promover a melhora da autoestima, conhecer pessoas novas diminuindo a solidão e exclusão e produzindo dopamina que é a hormona da felicidade. Esta hormona é também produzida pelo consumo de redes sociais, só que de forma negativa, levando ao isolamento dos jovens. Por isso, achamos a nossa ideia ideal para a saúde mental e bem-estar dos nossos jovens. Muitas vezes até temos vontade de entrar no ginásio ou num clube de futebol, voleibol, basquetebol, etc... mas não temos condições monetárias para tal, então a nossa lista pensou: Porque não criar um cartão municipal para jovens dos 12 anos aos 25 anos que permita obter descontos em ginásios, clubes ou outras atividades físicas do concelho? Com isto, temos o objetivo de incentivar a prática regular de atividade física, reduzindo barreiras económicas e promovendo hábitos de vida saudáveis. Isto tudo com: parcerias com entidades desportivas locais; descontos de 10% a 30%; cartão físico ou digital.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), muitos jovens não cumprem os níveis recomendados de atividade física, o que afeta a saúde física e mental. No entanto, a sociedade continua a focar muito no que podem fazer para melhorar o bem-estar mental dos jovens e não nos problemas que afetam o seu psicológico e físico. Além de que nem sempre temos coragem de pedir ajuda e sabemos que criar um grupo com jovens apoiados psicologicamente, quebra totalmente o sigilo profissional, trazendo cada vez mais medo e desconforto para pedir ajuda. A solução seria então, o nosso cartão que iria impactar com: jovens mais ativos; apoio aos clubes locais; promoção da inclusão e da saúde; diminuição da obesidade e da depressão. Deixamos ainda a mensagem de que é essencial o bem-estar dos nossos jovens, para que possamos ter uma sociedade equilibrada e sobretudo saudável. Mais do que ação, devemos apostar na prevenção. Obrigada.”

A secretária da Assembleia Municipal Jovem colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 2 contra

De seguida a secretária da Mesa da Assembleia Municipal Jovem, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta. Interveio a Vereadora, Fátima Moreira, e no uso da palavra referiu:

“Muito boa tarde a todos e a todas. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Mesa desta Assembleia Municipal Jovem, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora. Caríssimos deputados jovens e deputadas jovens, senhores professores aqui presentes, senhores diretores e diretora do agrupamento, e público também está aqui hoje connosco. Dizer-vos que, enquanto responsável pelos pelouros da Educação e Juventude, é com muito agrado, com muita satisfação que vejo estas Assembleias Municipais Jovens terem a vossa intervenção cada vez mais assertiva, e que revela bem um olhar atento àquilo que está à vossa volta. Eu costumo dizer que a juventude tem que ser ouvida, a juventude deve ser ouvida, mas a juventude também tem que ser incentivada a participar. E de facto, ouvir estas 3 moções, eu diria de forma muito fácil e tranquila que a Câmara Municipal estará obviamente disponível para concretizar estas 3 moções, porque elas fazem todo o sentido. Já faziam no ano passado quando falamos da saúde mental e bem-estar e continuam a fazê-lo. É verdade, como aqui reconheceram, que já demos um passo importante com a Semana das Literacias, mas mais do que aquilo que a Câmara fez na Semana das Literacias, eu quero sobretudo relevar aqui a importância que foi o trabalho conjunto que conseguimos fazer, o trabalho conjunto, porque foi, de facto, um verdadeiro trabalho de articulação, de envolvimento dos agrupamentos, da EPAVE, dos professores, dos alunos, das equipas municipais, e é assim que tem que ser, é assim que deve ser, e é assim que eu também acho que estas três moções que hoje aqui trouxeram devem acontecer e se devem materializar. A linha do WhatsApp para o apoio psicológico da primeira linha é de fácil concretização, temos que depois ver muito bem as questões do sigilo e outras questões de pormenor, mas estamos obviamente disponíveis para as discutir, para as analisar e para ver que soluções temos para, de facto, a conseguirmos implementar. Relativamente ao 'Festival do Bem-Estar – Alerta Jovem', também me parece de fácil concretização, mas desafio-vos também a fazerem parte desta concretização. Só assim faz sentido. E depois o cartão Municipal Jovem Desportivo, pois também acho que também é de muito fácil concretização. Haja boa vontade. Tenho a certeza que os nossos parceiros no território, nomeadamente os ginásios e os clubes desportivos, avaliarão esta proposta também

com muito agrado, porque de facto, tudo o que der um contributo positivo para nós termos cada vez mais jovens envolvidos nas nossas coletividades e a fazer desporto, como disse muito bem a Margarida, há-de positivo para todos, para vocês e para essas coletividades em particular. Por isso, o desafio mesmo que eu queria aqui deixar é que estas moções podem ser concretizadas, vão ser concretizadas, mas o desafio é que se envolvam, que participem. E deixo-vos aqui então o primeiro desafio. Primeiro, agradecermos que nós no final do ano passado, final de 2025, já fizemos algumas sessões de auscultação de jovens para onde queríamos de alguma forma também ouvir-vos no sentido daquelas que devem ser as orientações das políticas de juventude para este mandato. Também depois fizemos também alguns inquéritos em alguns momentos em que estivemos com os jovens, e uma das iniciativas que logo avançámos nesse encontro foi a criação do Portal de Juventude. O Portal de Juventude, que há-de ser um instrumento em que nós vamos reunir toda a informação, informação municipal, informação das escolas, informação de projetos, informação de iniciativas nacionais. O Portal Juventude há-de ser aquilo que nós quisermos que seja. Quando eu digo nós, não é nós Câmara, é nós convosco. Ele vai ser apresentado no próximo dia 30, quinta-feira de manhã, às 10h no Espaço Jovem, a primeira versão do portal da Juventude. Por isso, convido-vos, todos e todas, a estarem às 10h no Espaço Jovem para participarem naquele que é o primeiro draft, o primeiro desenho daquilo que nós queremos que seja O Portal da Juventude, um portal que há-de estar em construção, mas que quer contar muito, muito, muito com os vossos contributos. E estas moções e estes projetos que hoje aqui apresentaram, hão-de estar também no âmbito do nosso Portal da Juventude, e quando digo nosso, não é nosso município, nosso da comunidade povoense. Por isso deixo-vos aqui este desafio, este propósito, vamos então todos de forma conjunta trabalhar e fazer com que de facto seja possível que as coisas aconteçam de forma mais com a participação de todos, mais envolvida, vamo-nos envolver, vamos participar e vamos fazer acontecer, que é para isso que estamos cá, está bem? Muito obrigada pelos vossos contributos e é isso mesmo, vamos todos participar. Muito obrigada.”

Seguidamente a secretária da Mesa passou ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto quatro: Eleição dos Porta-vozes da Assembleia Municipal Jovem da Póvoa de Lanhoso, um por cada Agrupamento.**

A secretária da Assembleia Municipal questionou a Assembleia Municipal Jovem se tinham alguma proposta a apresentar. Após indicação da existência de uma proposta a secretária da Assembleia Municipal deu a palavra à deputada:

“Os deputados jovens da Assembleia Municipal Jovem da Póvoa de Lanhoso em representação do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e Escola Profissional do Alto Ave apresentam a proposta para seus porta-vozes na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso:

Pelo Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio: Maria Machado e Ricardo Morais

Pelo Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso: Luana Aguiar Pinto

Pela Escola Profissional do Alto Ave: Margarida Cunha Sousa”

A secretária da Assembleia Municipal Jovem informa que a lista apresentada terá a denominação de Lista A e coloca a mesma a votação. Os/as deputados/as jovens foram

chamados/as, um/a a um/a, à urna, por ordem alfabética, para eleição da mesa da Assembleia Municipal Jovem. Após contagem dos votos realizada pelos Secretários de Mesa, a secretária, informou que a proposta foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, colocou à votação a aprovação da ata em minuta, informando de seguida, que a mesma foi aprovada por unanimidade.

No encerramento de mais uma Assembleia Municipal Jovem concluiu-se que esta não representa o fim das ideias, nem ao fim da vontade de fazer mais e melhor. Ficou provado que a participação não tem idade, que os jovens não são apenas o futuro, são já o presente ativo, consciente e interventivo da comunidade. Cada intervenção, cada proposta e cada voto foram sinais claros de responsabilidade, espírito crítico e compromisso.

Reforçou-se a importância de este ser um caminho de cidadania ativa, onde nunca falte a coragem para questionar, a vontade para propor e a determinação para agir.